

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA INCLUSIVA A PARTIR DA CONSULTORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA¹

Relma Urel Carbone CARNEIRO*

RESUMO: O presente artigo descreve uma experiência que aponta para o promissor caminho da colaboração entre consultoria técnica especializada em educação especial e inclusiva e o ensino regular. A educação inclusiva conforme prevista na legislação nacional requer uma resignificação da escola para que possa oferecer ensino de qualidade para todos sem distinção de qualquer natureza. A consultoria colaborativa tem sido apontada pela literatura como um modelo de suporte para apoiar o processo de transformação da escola, e nesta perspectiva a Secretaria Municipal de Educação de Bauru, que desde 2005 desenvolve um projeto na perspectiva da inclusão, adotou essa prática e trabalhou com uma consultoria que ofereceu subsídios técnicos, pedagógicos e teóricos para as escolas e para equipe da Divisão de Ensino Especial que gerencia o trabalho inclusivo na rede de ensino consolidando assim um trabalho inclusivo. Em doze meses de trabalho muitas ações foram realizadas no sentido de reestruturação, acomodação e consolidação do projeto de inclusão do município, o que demonstrou a importância de tal ação.

¹ Este trabalho foi apresentado no Congresso Brasileiro Multidisciplinar em Educação Especial.

* Doutora em Educação Especial. UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Psicologia da Educação – Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – relmaurel@fclar.unesp.br

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva. Consultoria técnica. Ensino comum.

Estamos no século XXI e vivemos o contexto de uma sociedade em que mudanças são exigidas em todos os âmbitos na busca da melhoria da qualidade de vida das pessoas. Discutimos mundialmente sobre a preservação do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável, políticas econômicas, sociais, de saúde etc. Discutimos também como fazer políticas educacionais mais justas. Enfim, no mundo todo discute-se uma forma de organização da sociedade em que seus cidadãos possam viver plenamente sua cidadania com todos os deveres e direitos que tal plenitude abarca (CARNEIRO, 2006).

Dentro deste contexto, o discurso da inclusão social tomou conta dos debates políticos e educacionais. Como desenvolver e manter esta sociedade de forma igualitária considerando tantas minorias diferenciadas e desigualdades sociais que a compõe?

Na atualidade, constatamos que a educação de crianças com deficiência, vive um momento polêmico, tanto no que se refere às melhores estratégias metodológicas como também sobre qual a melhor modalidade de ensino a ser utilizada com eles – se ensino regular ou ensino especial.

De forma global discute-se a necessidade de se construir uma sociedade inclusiva, em que entre outros, o direito à educação seja garantido a todos, deficientes ou não.

A educação especial brasileira está tentando se modificar, a exemplo de outros países, partindo das instituições especializadas que em sua maioria tinham objetivos predominantemente terapêuticos ou assistencialistas (que ainda subsistem) e, caminhando para uma forma de atendimento educacional que se afina com as propostas de uma escola única para todos, que seja aberta às diferenças e que as entenda como forma de enriquecimento coletivo.

Estamos vivendo um momento de transição na tentativa de deixar o paradigma da integração, fracassado principalmente por centrar no deficiente as dificuldades, e por pressupor a sua reinserção na estrutura normal da sociedade após um período de normaliza-

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

ção e, começando a criar o paradigma da inclusão, que pressupõe a inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem sócio-econômica ou origem cultural em ambientes comuns nos quais terão todas as suas necessidades satisfeitas (ARANHA, 2001; STAINBACK; STAINBACK, 1999).

Conforme aponta Prieto (2002), com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, foi reafirmado na legislação maior do país o direito dos portadores de deficiência à educação, preferencialmente na rede regular de ensino e a garantia do atendimento educacional especializado (Artigo 201, Inciso III da CF/88).

Ao tratar da educação especial, a nova LDB (BRASIL, 1996) em seu artigo 59 assegurou aos educandos com necessidades especiais, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades educacionais. Para atender as mais variadas necessidades especiais dos alunos, adequações se mostram necessárias em diferentes níveis do planejamento educacional como no âmbito dos Planos Políticos de Educação (do MEC, Secretarias de Estados e Municípios), nos Projetos Político-Pedagógicos das Escolas e no Plano de Ensino do Professor.

A escola do ensino regular já vem recebendo alunos com deficiência, mas muitas questões precisam ser colocadas sobre a efetividade do processo ensino-aprendizagem, pois a inclusão vai além da mera inserção para produzir socialização. Ela pressupõe modificações na dinâmica escolar para que as necessidades de todos os alunos sejam satisfeitas.

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001, p.40), encontramos a seguinte definição de escola inclusiva:

O conceito de escola inclusiva implica uma nova postura da escola comum, que propõe no projeto pedagógico – no currículo, na metodologia de ensino, na avaliação e na atitude dos educadores – ações que favoreçam a interação social e sua opção por práticas heterogêneas. A escola capacita seus professores, prepara-se, organiza-se e adapta-se para oferecer educação de qualidade para todos, inclusive para os educandos que apresentem necessidades especiais. Inclusão, portanto, não sig-

nifica simplesmente matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais na classe comum, ignorando suas necessidades específicas, mas significa dar ao professor e à escola o suporte necessário a sua ação pedagógica.

O presente relato descreve uma experiência que aponta para o promissor caminho da colaboração entre consultoria técnica especializada em educação especial e inclusiva e o ensino regular. A educação inclusiva conforme prevista na legislação nacional requer uma ressignificação da escola para que possa oferecer ensino de qualidade para todos sem distinção de qualquer natureza. É sabido de todos que entre os grupos historicamente marginalizados pela educação, as crianças com necessidades educacionais especiais, advindas de deficiências físicas, mentais, sensoriais, ou de deficiências construídas socialmente, representam um grande desafio.

A construção da escola inclusiva engloba uma variedade de vertentes. Vários aspectos precisam ser considerados. Conforme Aranha (2001) a inclusão é o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum na vida em sociedade, independente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado. Ela amplia tal conceito considerando que este processo tem que estar fundamentado no reconhecimento e aceitação da diversidade na vida em sociedade e na garantia do acesso a todas as oportunidades.

Mendes (2002), ressalta que uma tomada de posição consciente diante das várias possibilidades deve começar pelo entendimento que se tem sobre educação inclusiva, pois diante do contexto da educação esse termo pode admitir significados diversos, que vão desde a manutenção do que já existe, até uma reorganização geral do sistema educacional.

Para Tezani (2004) a inclusão escolar é a aceitação da diversidade em sala de aula, mas isso só ocorrerá mediante a reestruturação pedagógica e administrativa da escola. A falta de uma proposta pedagógica e administrativa que realmente priorize a inclusão é um dos obstáculos com que nos deparamos e que dificulta a implementação qualitativa deste princípio.

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

Vários caminhos são possíveis e necessários buscando a construção de um modelo inclusivo. Em outros países, temos acompanhado o estudo e a prática de formas de colaboração dentro da escola, com o objetivo de unir o trabalho já existente que chamamos de comum, ao trabalho específico, que chamamos de especial, a fim de garantir a inclusão, a permanência e o sucesso de alunos com necessidades educacionais especiais na escola.

A colaboração na escola pode ser exercida de várias formas incluindo o estabelecimento de redes de apoio através de parcerias com outros setores da comunidade como, a saúde, assistência social, esporte e lazer, através de parcerias entre a própria equipe escolar, entre o professor da classe comum e o professor especializado e através de consultoria especializada para organização de serviços, formação em serviço e acompanhamento prático.

Walther-Thomas, Korinek, e Mclaughlin (1999), abordam questões sobre o desenvolvimento de relações colaborativas e mecanismos para criar e melhorar as redes de apoio colaborativo. Esses autores concordam que as comunidades colaborativas são de extrema importância para as pessoas com necessidades educacionais especiais ou população de risco. Quando se estabelece uma cultura colaborativa de suporte, a principal mudança acontece com os profissionais da escola, ou seja, mudança significativa nos papéis dos membros dos grupos. Entre outros aspectos, os autores enfatizam que líderes de todos os níveis (estado, município, escola), têm um papel ativo mobilizando e motivando os participantes, estabelecendo direção, apoiando mudanças e compartilhando decisões. Referem-se a uma visão clara, bem definida entre os administradores, professores, especialistas, estudantes e famílias, de que melhorar o futuro da escola deveria ser um objetivo comum.

A consultoria tem sido apontada pela literatura como um modelo de suporte para apoiar o processo de transformação da escola (GARGIULO, 2003).

Nesta perspectiva a Secretaria Municipal de Educação de Bauru, que desde 2005 desenvolve um projeto na perspectiva da inclusão, tem adotado essa prática e trabalhado com uma consultoria que oferece subsídios técnicos, pedagógicos e teóricos para as escolas e

para equipe da Divisão de Ensino Especial que gerencia o trabalho inclusivo na rede de ensino consolidando assim um trabalho inclusivo.

Até o ano de 2005 a educação de alunos com deficiência da cidade de Bauru ocorria predominantemente em escolas especiais. A partir de então o governo municipal juntamente com a Secretaria de Educação implantou um projeto de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. O Município de Bauru preocupou-se em estar em consonância com as Leis Nacionais vigentes sobre a Educação Especial e em 26 de Dezembro de 2005, por meio da Lei de nº 5321 foi criado o Serviço de Educação Especial, para atender alunos com Deficiência e Necessidades Educacionais Especiais matriculados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Decreto nº 10.141 de 26/12/2005 regulamentou a Lei de criação dos Serviços de Educação Especial e juntamente com a Resolução PMB/SME nº 01 de 02/08/2006, compõem a Legislação Municipal da Educação Especial Municipal.

A efetivação de tais serviços se deu mediante a criação de salas de recursos para atendimento educacional especializado e serviço especial itinerante, em que o professor especializado percorre as escolas que tenham alunos com deficiência matriculados e não possuem salas de recursos.

Já no início do projeto o município contou com um serviço de consultoria que foi responsável por ajudar na criação e implementação dos serviços.

A contratação da consultoria objeto deste relato, deu-se mediante um processo licitatório da Secretaria Municipal de Educação, no qual foram apresentados três projetos diferentes para análise. Foi realizada uma análise das propostas de trabalho a serem desenvolvidas, bem como o investimento financeiro necessário. A consultoria em questão contou com a contratação de 748 horas de trabalho que foram desenvolvidas em 12 meses com atividades semanais.

A consultoria se concretizou a partir da prestação dos serviços de uma consultora especializada em Educação Especial com prática em Educação Inclusiva e uma experiência de dezenove anos na

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

área. A consultora prestou serviços que envolveram atuação com a equipe da Divisão de Ensino Especial da Secretaria, elaboração de documentos, formação em serviço para os professores especializados que atuam nas escolas em salas de recursos ou em serviço itinerante, palestras com professores e diretores da rede de ensino do município, visitas nas escolas que participam do projeto de inclusão do município, acompanhamento do trabalho realizado por instituições conveniadas à Secretaria da Educação (APAE e SORRI), que prestam serviços nas áreas de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia etc, entre outros.

Em doze meses de trabalho muitas ações foram realizadas no sentido de reestruturação, acomodação e consolidação do projeto de inclusão do município.

Foram realizadas 72 reuniões na secretaria da educação para ações de adequação do projeto em consonância com a política nacional como o oferecimento de atendimento educacional especializado no contra-turno, adequação de documentos como avaliação diagnóstica dos alunos encaminhados, formulário de encaminhamento de alunos para o serviço de atendimento especializado, ficha de devolutiva à unidade escolar sobre o encaminhamento de alunos, ficha de evolução do aluno, roteiro de elaboração de plano de atendimento especializado, ficha de desligamento do serviço especializado, ficha de abandono de estudo de caso, formulário de encaminhamento para os serviços técnicos de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, neurologia etc, oferecidos mediante convênio da Secretaria de Educação com instituições especializadas, além de elaboração de documentos, pareceres, relatórios, análise de projetos etc.

Durante este período foram realizadas 04 reuniões com todos os departamentos e divisões da Secretaria da Educação para apresentação das propostas de trabalho, 15 reuniões gerais com todos os professores especializados da rede participantes do projeto para formação em serviço e acompanhamento do trabalho, 10 reuniões com grupos de professores especializados que desenvolviam subprojetos como orientação dos professores comuns para elaboração de Estudos de caso e de Adaptações Curriculares e o pro-

jeto de trabalho com crianças autistas, 29 visitas em escolas para orientação e acompanhamento direto, 09 reuniões com a Secretária da Educação, 10 encontros com professores especializados para orientação individual, 03 reuniões com diretores de escola, 09 reuniões de orientação e acompanhamento com as equipes da escola, 09 reuniões de participação na elaboração do Plano Municipal de Educação, 07 reuniões com as instituições especializadas para organização dos serviços prestados mediante o convênio. Foram realizadas também 03 reuniões com a equipe de professores e coordenadores do CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos, bem como 04 reuniões de formação em serviço dessa clientela. Foi realizada 01 oficina sobre Avaliação de Necessidades Educacionais Especiais na Semana de Educação do Município, houve a participação da consultora no II Congresso Brasileiro de Educação com a apresentação parcial dos dados do trabalho de consultoria. Já no final do período houve também a gravação de um programa na Rádio UNESP de Bauru onde a consultora participou de um debate sobre educação inclusiva com outros profissionais da área.

Na última reunião geral com os professores especializados que aconteceu em setembro de 2009, foi solicitado aos mesmos que respondessem um questionário de avaliação do trabalho realizado pela consultoria. Dos professores presentes trinta e oito responderam o questionário. Para tabulação dos dados os questionários foram enumerados aleatoriamente e transcritas todas as respostas na íntegra. Após exaustiva leitura das respostas de cada questão foram feitas as análises a seguir.

A primeira pergunta foi: O trabalho de consultoria realizado neste período auxiliou a sua atuação como professor? Se sim, de que forma?

Todos os respondentes do questionário afirmaram que o trabalho realizado pela consultoria auxiliou diretamente o seu trabalho como professor especializado. Apenas um respondente, que se identifica como itinerante do ônibus, diz que não teve contato, mas afirma que o trabalho auxiliou os professores. Esse auxílio se deu, segundo os respondentes de diversas formas como: apoio ao trabalho diferenciado da educação especial, respaldo legal, esclare-

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

cimento de dúvidas, ampliação de conhecimento, auxílio no preenchimento de documentos, apoio imediato, atuação com os alunos, aproximação com as Unidades Escolares, motivação, orientações técnicas, espaço para troca de experiências, simplificação de documentos, melhor estruturação do serviço, possibilidade de comunicação mais efetiva, etc.

Podemos analisar a partir destas respostas que a consultoria foi considerada pelos professores como uma possibilidade bastante importante de aperfeiçoamento do trabalho e de respaldo técnico em aspectos necessários para o melhoramento do serviço de educação especial, que no nosso município ainda está em processo de efetivação dentro de uma perspectiva inclusiva de educação.

Na pergunta dois foi solicitado que enumerassem alterações propostas pela consultoria que tivessem influenciado seu trabalho. A grande maioria dos respondentes afirmaram que muitas alterações foram importantes como: atendimento no contra turno, visita nas escolas para apoio técnico, reuniões mensais, prioridade em fechar convênio com APAE e SORRI, esclarecimentos pelas visitas nas escolas aos diretores, organização quanto à documentação, supervisão nas escolas, simplificação de documentos a serem preenchidos, algumas maneiras de lidar com determinado aluno (deficiência específica) professores e diretores..., adaptação curricular, simplificação do PIE atual AEE, planilha infantil, novos conhecimentos direcionados as leis atuais, conhecimentos através de relatos de experiências ocorridas em outros municípios, agendamento individual/grupal para discutir e avaliar o trabalho do professor, discussão e respaldo em relação a novos casos, atendimento aos autistas, incentivo para participação em congressos, atendimento do infantil na itinerância, entre outros.

Houve também alterações consideradas negativas como o aumento de papéis a serem preenchidos, no entanto essa medida era necessária no sentido de organização do trabalho e acompanhamento com registro da evolução dos alunos. Uma professora respondeu que pelo pouco tempo de sua atuação não tinha a vivência anterior por isso não podia fazer comparações e uma outra professora assinalou o fato de que com a mudança do atendimento para

o contra turno houve a diminuição de alunos. A mudança do atendimento para o contra turno foi a adequação do serviço às recomendações legais e o resgate do papel da sala de recursos, que em muitas escolas que funcionavam no mesmo turno anteriormente, havia se perdido, ao retirar o aluno de sua sala de aula privando-o do acompanhamento total das atividades, bem como desobrigando o professor da sala comum de seu papel de buscar alternativas de ensino para atingir a todos. Apesar dos professores elencarem o tópico prioridade em fechar os convênios com a APAE e SORRI, na verdade esses convênios são estabelecidos independentemente da consultoria, até porque eles já acontecem a anos, porém houve um esforço no sentido de adequar os serviços prestados à necessidade da rede.

Ao ser perguntado se houveram ações inadequadas ou dispensáveis, dezesseis professores responderam que não complementando que tudo o que foi feito era necessário e fundamental, quatro deixaram em branco, duas apontaram poucas reuniões, quatro assinalaram o volume de documentação a ser preenchida, quadro não concordaram com o fechamento das salas de recursos da educação infantil, três apontaram a falta do professor Pólo e houve algumas respostas inespecíficas. É necessário aqui à explicação de que nas escolas de educação infantil não havia demanda para a criação da sala de recursos nas próprias escolas, o que implicava no transporte dos alunos para salas de recursos em outras escolas no período de aula da criança. Houve uma orientação da Secretária da Educação de que as crianças da educação infantil não deveriam ser transportadas, em virtude dos riscos que corriam, somada a compreensão de que a criança não deve se ausentar de sua sala de aula no seu período, bem como, o entendimento de que o trabalho do professor especialista itinerante junto com o professor e toda a turma da educação infantil favorece a aprendizagem da criança no grupo e colabora com a construção de ambientes realmente inclusivos. A figura do professor Pólo que atuava como uma espécie de coordenador de uma região foi suprimida em virtude da necessidade de atuação desse profissional diretamente com os alunos, na sala de recursos ou na itinerância, bem como, do entendimento que o pro-

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

jeto já havia atingido um estágio tal que os professores poderiam assumir seus papéis diretamente com a coordenação geral da equipe da divisão do ensino especial.

Foi perguntado na quarta questão se os professores consideravam necessária a atuação de um consultor e por quê. Todos os professores responderam que sim, alguns assinalando como extremamente necessário ou com certeza. As justificativas variaram entre unificar ações, embasamento legal, fortalecer a equipe técnica, respaldar o trabalho, orientar adequadamente, dar segurança, trazer novas experiências, atualização, autonomia, otimização do trabalho, entre outras.

Por último foi solicitado que complementassem com alguma informação que não havia sido pedida, caso quisessem. Houve 18 questionários em branco, 10 responderam que não, seis fizeram agradecimentos e felicitações à consultora, uma professora solicitou organização dos documentos e praticidade e agilidade no retorno dos encaminhamentos, uma solicitou acesso ao parecer final da consultoria, uma cobrou mais proximidade da consultoria com os professores e mais reuniões específicas do infantil e do fundamental e, uma solicitou a criação de cursos para orientação e esclarecimentos de documentos e leis.

Os dados apresentados acima nos mostram que muitas ações foram realizadas no sentido do cumprimento dos objetivos propostos pela consultoria que envolviam a adequação e o acompanhamento do serviço de educação especial na rede municipal de ensino. Obviamente algumas coisas foram negligenciadas por razões diversas.

A consultoria atuou em um período de mudança de gestão política no município que envolveu desde o prefeito, a secretária de educação até a diretora de divisão de ensino especial. Essas mudanças influenciaram a atuação uma vez que houve mudanças de perspectivas e atuações diretas e indiretas. Inicialmente o trabalho era realizado de forma mais abrangente envolvendo questões mais macros, em seguida, o trabalho passou a ser mais específico e o envolvimento com questões micro deslocaram um pouco o foco da consultoria que passou a atuar como mais um membro da equipe

na resolução de questões do cotidiano. Esta alteração se fez necessária naquele momento político específico, porém, de certa forma comprometeu algumas áreas de atuação da consultoria.

No momento de término do período contratado a secretaria fez a opção pela não continuidade do serviço de consultoria. Ainda existem muitas coisas a serem realizadas, uma vez que a construção de uma escola inclusiva é um processo lento, pois demanda mudanças profundas em estruturas já solidificadas. Esses doze meses foram de grande valia e com certeza caminhamos vários passos em direção ao objetivo final, no entanto ainda há um longo caminho pela frente, pois a transformação da nossa escola em uma escola inclusiva ou a criação de uma nova escola que seja inclusiva, que aceite a diversidade e a entenda como fator positivo, passa obrigatoriamente pela criação de modelos diferentes de ação no ambiente escolar. Esses modelos de ação precisam ser construídos mediante a colaboração entre equipe escolar e redes de apoio, no caso, consultoria técnica, com fundamentação teórica e experiência prática.

A modificação de uma escola tradicionalmente excludente, para uma escola verdadeiramente inclusiva que aceita, respeita e incentiva as diferenças, entendendo-as como importantes no desenvolvimento da cidadania de todos os seus alunos, só será possível mediante envolvimento e participação de todos os segmentos sociais envolvidos na educação. As mudanças necessárias não são simples nem fáceis, é preciso que haja interesse pessoal e coletivo em mudar o rumo e seguir para o desconhecido.

A escola inclusiva que se pretende criar não tem metas e padrões previamente estabelecidos como acontece na escola tradicional. Ela tem clareza do que precisa ser eliminado, como qualquer tipo de discriminação que impeça um aluno de ter sucesso, no entanto, suas metas e objetivos específicos precisam ser construídos paulatinamente dentro de cada unidade escolar, considerando suas características e especificidades únicas.

Estamos no momento de criar projetos novos de trabalho escolar, implementá-los e avaliá-los, para aos poucos irmos descobrindo os caminhos a serem seguidos e os caminhos a serem abandonados.

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

Conforme apontado pela literatura utilizada, a colaboração entre vários parceiros é fundamental para consolidação de projetos inclusivos. A consultoria especializada como agente colaborador deste processo oferecendo subsídios teóricos e práticos para equipe escolar, tem se mostrado como uma das formas de colaboração efetiva para alavancar as mudanças necessárias na escola na busca de sua ressignificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos este trabalho afirmando que o século XXI trouxe consigo uma discussão sobre a necessidade de se construir uma sociedade, em que todos os seus cidadãos tenham direito a exercer sua cidadania plenamente com todos os direitos e deveres que tal plenitude abarca.

Observamos, no entanto, que o cumprimento de tais metas está muito além da nossa realidade. Uma sociedade igualitária tem que garantir equidade, pois a igualdade tem que aparecer nas oportunidades de acesso, mesmo que para isto tenhamos que diferenciar os caminhos.

Discutir a construção de uma sociedade inclusiva, que aceita e respeita as diferenças, abrange uma enormidade de aspectos, nem sempre visíveis, nem sempre sentidos, nem sempre desejados, pois temos arraigada uma cultura que valoriza a competitividade, a dominação, o mais forte.

Como um segmento desta sociedade está à escola que se obriga a reproduzir esta cultura, de forma a mantê-la. Apesar de um recente discurso de escola inclusiva, aberta a todos, sejam quais forem suas características, o que temos na verdade é uma escola despreparada para assumir essa transformação.

A educação brasileira está anunciando reformas, e a exemplo de muitos outros países, tem buscado no princípio da educação inclusiva a proposta de uma escola para todos, que respeite e esteja aberta às diferenças, entendida como forma de enriquecimento tanto do coletivo da escola como fundamental para a construção de uma sociedade democrática.

A transformação necessária se apresenta como algo processual e que deve abranger diferentes segmentos ligados à escola. Não é algo simples, nem rápido, pois requer primeiramente mudança de concepção de sociedade, de pessoa, de escola, de direito etc. Mudanças nas políticas e práticas em direção à inclusão escolar dependem, entre outras coisas, de mudanças nas ações desenvolvidas na escola de forma a favorecer experiências positivas.

No final do período contratado para consultoria, a prática cotidiana nos mostrou que esse caminho da colaboração através de consultoria é fundamental para a consolidação de projetos inclusivos, haja vista as muitas ações realizadas.

Essa experiência tem demonstrado que com vontade política e um trabalho educacional coerente à transformação da escola não é só possível como real.

CONSTRUCTION OF INCLUSIVE SCHOOL FROM THE EXPERT TECHNICAL ADVICE

ABSTRACT: *This paper describes an experience that indicates the promising way of collaboration between specialized technical counseling in special and inclusive education and regular teaching. The inclusive education as foreseen in the national regulation requires a re-signification of the school to offer high-quality teaching for all, without any distinctions. The collaborative counseling has been indicated in the literature as a model to support the process of school transformation. In this perspective, the Municipal Educational Secretariat of Bauru, which since 2005 develops a project for inclusion, adopts this practice and works with counseling to provide technical, pedagogical and theoretical subsidies for the schools and the Special Teaching Division team, which manages the inclusive work in the teaching network, thus consolidating an inclusive work. Many actions have been conducted in twelve months of work for the restructuration, accommodation and consolidation of the inclusion project of the city, which demonstrates the importance of this action.*

A construção da escola inclusiva a partir da consultoria técnica especializada

KEYWORDS: *Inclusive education. Technical counseling. Regular teaching.*

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: BRASIL. Secretaria Estadual de Educação. **Novas Diretrizes da Educação Especial**. São Paulo: SEE, 2001. p.12-17.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996.

CARNEIRO R. U. C. **Formação em serviço sobre gestão de escolas inclusivas para diretores de escolas de educação infantil**. 2006. 174f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

GARGIULO, R. M. **Special Education on contemporary society: an introduction to exceptionality**. Belmont: Wadsworth: Thomson Learning, 2003.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). **Escola inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.61-85.

PRIETO, R. G. A construção de políticas públicas de educação para todos. In: PALHARES, M. S.; MARINS, S. (Org.). **Escola inclusiva**. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p.45-59.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

TEZANI, T. C. R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva**: a relação entre a gestão escolar e o processo de inclusão. 2004. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

WALTHER-THOMAS, C.; KORINEK, L.; MCLAUGHLIN, V. L. Collaboration to support student's success. **Focus on Exceptional Children**, Denver, v.32, n.3, p.27-36, 1999.